



PLANEJAMENTO TERRITORIAL, A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL APÓS A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO BRASIL

Claudete de Castro Silva Vitte

Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Geociências/Departamento de Geografia
clavitte@ige.unicamp.br

Resumo

Este trabalho discute sobre o desenvolvimento econômico e o planejamento estatal na América do Sul na segunda metade do século XX. No trabalho foi feito um breve resgate dos fundamentos, do discurso, do legado e da crise do chamado nacional-desenvolvimentismo. Na sequência, foi considerada a evolução dessa discussão no período neoliberal (anos 1990) e que influenciou os processos de integração regional na América, como no caso da IIRSA e da UNASUL, apontando as suas principais estratégias, seus agentes, seu alcance social e o ressurgimento do neodesenvolvimentismo na América do Sul. O estudo teve caráter exploratório e nele foi feito uma revisão bibliográfica, com levantamentos em periódicos especializados, na imprensa e em páginas eletrônicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, Integração regional, América do Sul, Planejamento territorial, Nacional-Desenvolvimentismo.

Abstract

This paper discusses the economic development and state planning in South America in the second half of the twentieth century. In paper was made a brief recovery of the basis, of discourse, of legacy and of the crisis of the so-called *national-developmentalism*. As a result, it was considered the evolution of this discussion in the neoliberal period (1990 decade) and its influence in the processes of regional integration in Latin, as in the case of IIRSA and UNASUR, pointing out their main strategies, its agents, its social reach and the resurgence of *neo developmentalist* in South America. The study was exploratory and it was done a literature review, with surveys in specialized journals, in press and electronic pages.

Key words: Economic development, regional integration, South America, Territorial Planning, National-Developmentalism.

Resumen

Este documento analiza el desarrollo económico y la planificación estatal en América del Sur en la segunda mitad del siglo XX. En el documento se hizo una breve recuperación de los fundamentos, del discurso, del legado y de la crisis del llamado desarrollismo nacional. En secuencia, hemos considerado la evolución de esta discusión en el período neoliberal (año 1990) y que influyó en los procesos de integración regional en América, como en el caso de IIRSA y la Unasur, señalando sus principales estrategias, sus agentes, así como sus alcances sociales y el resurgimiento de neodesarrollismo en América del Sur. El estudio fue exploratorio y se realizó una revisión de la literatura, con estudios en revistas especializadas, en la prensa y páginas electrónicas.

Palabras clave: Desarrollo económico, Integración regional, América del Sur, Planificación Territorial, Desarrollismo nacional.

A temática do desenvolvimento não é alheia ao debate geográfico. O desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial na análise territorial e de ordenação do território.

Um modelo territorial pode ser entendido como uma determinada forma de ocupar e utilizar o espaço, o que depende da configuração do sistema de assentamentos, da utilização do meio físico e dos processos de transformação desse meio (infraestrutura, tipos de ocupação, de aproveitamento etc.). Assim, o modelo territorial expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelos Estados (pelos governos) e pelos organismos regionais supranacionais e se dão no âmbito dos processos sociais vigentes (TRIGAL & DEL POZO, 1999:259).

Em uma abordagem normativa, pode-se considerar o ordenamento do território como o planejamento das ocupações, de forma a potencializar o aproveitamento das infraestruturas e a preservação de recursos limitados, a partir do pressuposto que o ordenamento territorial é a gestão da interação homem-espaco natural.

Planejar e fazer a gestão do território exige profundo conhecimento sobre a vida local e suas formas, conhecimento sobre esse território e as culturas e pressupõe usar esses elementos como mola propulsora do desenvolvimento.

O fundamento do planejamento territorial é a gestão dos mais diversos recursos. É desafiador lidar com a complexidade de atores (ou sujeitos) em suas realidades e de diferentes formações territoriais quando se opera em escala transnacional, caso da América do Sul.

O principal objetivo deste trabalho foi contribuir na discussão sobre a questão do desenvolvimento econômico e do planejamento ou ordenamento territorial enquanto discurso e prática dos Estados-nação, particularmente do Brasil, e nos processos de integração política e da integração física (da infraestrutura produtiva) na América do Sul sob uma perspectiva transescalar, entendida como um instrumento interpretativo dos processos de desenvolvimento do capitalismo em sua dimensão territorial, na qual serão salientadas a escala do regionalismo supranacional e a escala nacional.

A pretensão foi de traçar um breve resgate dos fundamentos, discurso e prática de desenvolvimento econômico e social vigente nos países da América do Sul no século XX, e

em especial o Brasil, denominado de nacional-desenvolvimentismo, apontando brevemente as razões de sua crise e seu legado; refletir sobre o período neoliberal no debate do desenvolvimento e do planejamento estatal, considerando esse período o contexto para o ambiente integracionista que se instaurou na América do Sul após os anos 1990 e que culminou no início do século XXI com a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) no âmbito de integração física e com a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) no âmbito político, averiguando brevemente qual foi a visão de desenvolvimento e de planejamento vigentes no contexto da integração regional, as suas principais estratégias, vinculação com o território e seu alcance social e a ressurgimento do neodesenvolvimentismo.

Um último aspecto trabalhado na questão política foi uma breve caracterização dos chamados agentes da integração regional, assinalando a existência de conflitos, alianças e jogos de interesses entre empresas, governos e grupos sociais.

A categoria analítica chave é da *formação territorial* que traduz o resultado da relação de uma sociedade com seu espaço, objetivado pelo intercâmbio, pela troca, em uma história da apropriação e uso de uma porção singular do espaço (MORAES, 2000), categoria apropriada para estudar formações nacionais, mas como há multiterritorialidades no subcontinente, apontaremos a categoria analítica de *transterritório* como relevante para o debate da integração regional supranacional, conforme proposto por Bernanrdo Mançano Fernandes (2009)¹.

O estudo tem caráter exploratório e nele foi feito uma revisão bibliográfica, com levantamentos em periódicos especializados, na imprensa e em páginas eletrônicas.

Breves considerações sobre os fundamentos e visões de mundo que embasaram as políticas de desenvolvimento na América do Sul

Foi derivada da Teoria da Modernização que se difundiu a Teoria do Desenvolvimento e, por sua vez, a discussão sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico e social. Seu marco histórico foram os anos 1950 e 1960, quando ganhou força a visão de desenvolvimento como *modernização* de várias facetas da realidade: das relações sociais, das formas de pensar, do método da produção substitui a aceitação do mundo como ele é pela ideia de *mudança*.

Na época ganhou força a premissa de que os aparelhos de Estado poderiam ser usados para promover *mudança estrutural*, pois ele poderia intervir na industrialização, na modernização da agricultura, no fornecimento de infraestrutura.

Sonia Fleury (2006), baseada em Reinard Bendix, define *modernização* como as mudanças sociopolíticas que acompanharam a industrialização, tais como a urbanização, as mudanças na estrutura ocupacional, na mobilidade social, no desenvolvimento educativo, na democracia representativa e no Estado de Bem Estar.

De fato, após 2^a.GM houve uma rápida modernização, cujo ideário conquistou corações e mentes e que defendia que o aumento de expectativas e o desenvolvimento eram condições para democracia, já que o aumento de *riqueza* facilitaria a acomodação social, de forma que quanto mais prosperidade, maior a democracia.

A democracia resultaria das transformações na estrutura social feitas pela modernização: o crescimento econômico incrementaria a classe média e a classe média seria o baluarte da democracia estável e eficaz.

A Teoria da Modernização sofreu críticas, pois não havia evidências que um determinado nível de desenvolvimento econômico fosse pré-requisito para a democracia ou vice-versa.

Baseando-se em K. Polany, Sônia Fleury assevera que a ideia de desenvolvimento sempre esteve associada à expansão das formas capitalistas de produção e de suas consequências em termos de progresso técnico, acumulação de riquezas e desenvolvimento institucional. A autora lembra A. Gramsci para quem os interesses econômicos são sempre seccionais, de classes; são os interesses sociais que permitem falar em interesses gerais da sociedade. Assim, pode-se entender o desenvolvimento como a incorporação de amplos interesses sociais: construção da democracia social. Assim, de um lado tem-se o mercado e, de outro, o princípio de proteção social com legislação e intervenção estatal.

Algumas importantes experiências após a década de 1950, em especial nos países europeus que adotaram o *Welfare State*, reforçaram a imagem do Estado como principal agente transformador. Posteriormente, tal realidade levou à discussão sobre a capacidade do Estado em realizar tarefas de promoção do desenvolvimento.

Em uma visão tradicional, *desenvolvimento econômico* é entendido como elevação de renda per capita devido a avanços técnicos. Destaque-se também uma definição relevante para se pensar o Brasil e países da América do Sul, a da CEPAL, que será comentada abaixo (S. FLEURY, 2006).

Planejamento e desenvolvimento

A relação entre o desenvolvimento e o planejamento pode ser colocada nos termos de Arturo Escobar, para quem,

Las técnicas y las prácticas de la planificación han sido centrales al desarrollo desde sus inicios. Como aplicación del conocimiento científico y técnico al dominio público, la planificación dio legitimidad a - y alimentó las esperanzas sobre - la empresa del desarrollo. Hablando en términos generales, el concepto de planificación encarna la creencia que el cambio social puede ser manipulado y dirigido, producido a voluntad. Así la idea de que los países pobres podrían moverse más o menos fácilmente a lo largo del camino del progreso mediante la planificación ha sido siempre tenida como una verdad indudable, una creencia axiomática que no necesita demostración, por expertos del desarrollo de diferentes layas. (A. ESCOBAR, 1996)

Karl Mannheim é referência seminal para discutir os problemas surgidos com a planificação democrática. Sua visão de um planejamento inclusivo, que regula a vida econômica e social, influenciou toda uma geração de pensadores do desenvolvimento e do planejamento, como Celso Furtado. Mannheim alertava que

Nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: tem que ser planejamento para a liberdade, sujeito ao controle democrático; planejamento, mas não planejamento restriccionista que favoreça os monopólios de grupos, sejam de homens, de empresa ou de associações operárias, mas “planejamento para a plenitude”, isto é, pleno emprego e total exploração dos recursos; planejamento para a justiça social, mais que igualdade absoluta, com diferenciação de recompensas e status, sobre a base

da genuína igualdade mais que do privilégio; planejamento, não para uma sociedade sem classes, mas para uma sociedade que suprime os extremos de riqueza e pobreza; planejamento para padrões culturais sem “nivelamento por baixo” – uma transição planejada, favorecendo o progresso, sem suprimir o que há de valioso na tradição; planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massas, coordenando os instrumentos de controle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios coletivos; planejamento para o equilíbrio entre a centralização e a dispersão do poder; planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade: em resumo, planejamento mas não arregimentação. (K. MANNHEIM, 1972 *apud* W. VIEIRA & P. P. Z. BASTOS, 2011)

Sintetizando K. Mannheim sobre a planificação, W. Vieira e P.P.Z. Bastos (2011) afirmam que,

Cabe acrescentar alguns elementos que na visão de Mannheim necessariamente estariam presentes no planejamento democrático: I) O planejamento se valeria do uso de técnicas sociais, baseadas em estudos científicos da sociedade, conjugados, se possível, com a experiência sociológica. II) Os planejadores seriam controlados democraticamente num sistema parlamentar, que garante a seleção e a rotação das elites (pelo menos na esfera política) e que preveniria a manipulação das massas. III) Mesmo contando com a democracia no planejamento, Mannheim, numa maneira que podemos dizer contraditória, coloca em destaque a função da *intelligentsia* nesse processo, pois, colocada acima das disputas políticas, ocupa uma posição chave na mudança social, como “especialistas na invenção e na difusão das ideias” (MANNHEIM, 1972 *apud*, W. VIEIRA & P. P. Z. BASTOS, 2011).

Segundo S. Fleury, para K. Mannheim, a *política* seria a expressão dos interesses sociais e o *planejamento* a expressão da administração racional. Assim, o *planejamento* seria a resposta política e técnica para o desafio das sociedades de massa e a sua institucionalização seria dependente da flexibilidade relativa da burocracia para responder às pressões políticas e buscar consistência e consenso para ações estatais (2006:32).

O planejamento em suas diversas modalidades foi se instituindo no século XX. A partir da segunda metade do século XIX a burocratização das funções administrativas se desenvolveu. A expansão das tecnocracias foi rápida nos períodos em que a ideologia do desenvolvimento planificado forneceu ao poder político um vocabulário suscetível de cimentar a unidade nacional. Nas primeiras décadas do século XX, o planejamento foi visto como a resposta política para o desafio do desenvolvimento, nas sociedades industriais de massa (C. TOPALOV, 1991).

O contexto foi de crescente necessidade de homogeneização de domínio legal sobre o território nacional, o que resultou na construção de autoridade política central, complementada por governos locais autônomos e a organização de sociedade fundada na identidade coletiva que estrutura o poder de um Estado Nacional. Segundo S. Fleury, “a existência de um projeto nacional de desenvolvimento foi condição importante para a construção desse vínculo entre crescimento econômico, autoridade central e identidade nacional” (S. FLEURY, 2006: 32).

Assim, o planejamento pressupõe *discursos* e *práticas*, cabendo observar os princípios que orientam a realidade, as formas e objetivos das intervenções. Como afirma Arturo Escobar, “No se puede mirar el lado luminoso de la planificación, sus logros modernos (si hubiera que aceptarlos), sin ver al mismo tiempo su lado oscuro de dominación (A. ESCOBAR, 1996:219). Assim, as mudanças que ocorreram não foram naturais, mas requisitaram operações ideológicas e materiais, bem como coerções para moldar estruturas sociais e

instituições. No caso dos países latinoamericanos, é necessário constituir uma crítica ao planejamento vigente no século XX, apontando seu legado positivo, mas também seus limites. Quanto à visão de mundo que embasou a institucionalização do planejamento de diversos países, como os da América do Sul, Arturo Escobar coloca:

Las concepciones de la planificación y las rutinas introducidas en el Tercer Mundo durante el periodo posterior a la Segunda Guerra Mundial son el resultado acumulado de la acción intelectual, económica y política. No hay marcos neutros a través de los cuales la «realidad» se muestra inocentemente. Ellos llevan las marcas de la historia y de la cultura que los produjeron. Cuando se desplegó en el Tercer Mundo, la planificación no sólo portaba esta herencia histórica, sino que contribuyó grandemente a la producción de la configuración socioeconómica y cultural que hoy describimos como subdesarrollo (A. ESCOBAR, 1996).

Continuando sua reflexão o autor acima pontua aspectos importantes:

La planificación científica llegó a su madurez durante los años 20 y 30 cuando emergió a partir de orígenes mas bien heterogéneos - la movilización de la producción nacional durante la Primera Guerra Mundial, la planificación soviética, el movimiento de la administración científica en los Estados Unidos y la política económica keynesiana. Las técnicas de planificación fueron refinadas durante la Segunda Guerra Mundial y el periodo inmediatamente posterior. Fue durante este periodo y en conexión con la guerra que se difundieron la investigación de operaciones, el análisis de sistemas, la ingeniería humana y la visión de la planificación como «acción social racional». Cuando la era del desarrollo en el Tercer Mundo apareció, a fines de los años 40, el sueno de diseñar la sociedad mediante la planificación encontró un suelo aún mas fértil. En América Latina y Asia, la creación de una «sociedad en desarrollo» entendida como una civilización basada en la ciudad, caracterizada por el crecimiento, la estabilidad política y crecientes niveles de vida, se convirtió en un objetivo explicito y se diseñaron ambiciosos planes para lograrlo con la ansiosa asistencia de las organizaciones internacionales y de expertos del mundo «desarrollo». (A. ESCOBAR, 1996: 224).

Arturo Escobar vai apontar importantes limites. Para ele,

No se puede mirar el lado luminoso de la planificación, sus logros modernos (si hubiera que aceptarlos), sin ver al mismo tiempo su lado oscuro de dominación. La administración de lo social ha producido sujetos modernos que no son solamente dependientes de los profesionales para sus necesidades, sino que también se ordenan en realidades (ciudades, sistemas de salud y educacionales, economías, etc.) que pueden ser gobernadas por el Estado mediante la planificación. La planificación inevitablemente requiere la normalización y la estandarización de la realidad, lo que a su vez implica la injusticia y la extinción de la diferencia y de la diversidad. (A. ESCOBAR, 1996).

Por outro lado, é preciso considerar, conforme aponta Sonia Fleury, que a mudança é sempre conflituosa, daí uma permanente tensão, pois qualquer mudança é, em algum grau, ameaçadora para os agentes sociais. Mas a ameaça mais sentida é quando o Estado perde centralidade na condução da modernização, com aconteceu no período neoliberal nas últimas décadas do século XX, e é substituído pelo mercado, o que gera problemas crescentes de identidade, solidariedade e segurança (S. FLEURY, 2006: 36).

A dicotomia entre Estado versus mercado no debate sobre o desenvolvimento e sobre o planejamento governamental

Um fato a se observar: o mercado é excelente criador de riqueza, mas também profundo produtor de assimetrias sociais. A questão a ser respondida é: quem cuida na sociedade dos

que não têm acesso ao mercado. É importante reconhecer que o Estado não pode renunciar de seus papéis fundamentais e chaves, exigindo que ele adapte a economia de mercado com as possibilidades e necessidades do mundo em desenvolvimento: ele tem de contribuir com o desenvolvimento. A separação maniqueísta mercado-Estado, disfarçado de pragmatismo pós-moderno, encontra o seu equilíbrio na *política*².

Segundo N. Lechner (1993), a globalização leva à busca de um consenso global de ação coletiva: direitos humanos, igualdade de gênero, defesa do meio ambiente, luta contra a pobreza extrema e democracia são referências importantes. Mas por outro lado, a globalização e a “sacralização” do mercado reforçam a generalização de críticas contra a política e contra os políticos em geral, criando um “vazio” da política, permitindo que “arautos da modernidade”, como grupos econômicos, alguns meios de comunicação (mídia) e grupos oligárquicos, protegidos por argumentos neoliberais, conquistem nichos clientelistas do Estado; definam a agenda pública e influenciem fortemente no encaminhamento dos problemas nacionais.

De uma perspectiva democrática, a elaboração e gestão da vida pública não podem ocorrer sem a mediação da *política*. E, nela, os partidos políticos são importantes para o aprofundamento da democracia representativa, para a manutenção de um consenso mínimo em torno de um projeto nacional. Por isso, é importante recuperar o prestígio da atividade política e das instituições políticas. Na América Latina, a pergunta de fundo é: como conciliar democracia e desenvolvimento após décadas de um modelo que teve o Estado como agente das mudanças sociais (N. LECHNER, 1993).

Em visão crítica, Boaventura de Sousa Santos (1999) lembra que o *reformismo* e a *revolução* são os dois paradigmas de transformação social da modernidade, sendo a revolução pensada para ser exercida contra o Estado e o reformismo para ser exercido pelo Estado. Em sua leitura crítica, o reformismo entende a sociedade como entidade problemática e o Estado como a solução do problema, o sujeito da reforma. A *questão social* era a manifestação do potencial caótico do mercado e entrou na agenda política pela mão da democracia e da cidadania social. O reformismo, visando atenuar a questão social, foi uma institucionalidade que significou a vigência possível do interesse geral (ou do interesse público) em uma sociedade capitalista. Tem sido uma institucionalidade baseada na regulação da economia, na proteção social e na segurança contra a desordem e a violência.

Por outro lado, como bem lembra Walquíria Leão Rego,

“o Estado, como agência pública que concede, reconhece e garante os direitos, desempenhou e desempenha um papel central na formação e na manutenção da cidadania contemporânea. Sua atuação através do papel normativo de suas instituições é indispensável à garantia da cidadania plena. [...] Para delimitar melhor esta questão, depois do recente vendaval neoliberal, precisamos recuperar o Estado como categoria analítica e como categoria política. O resgate torna-se imperativo. De um lado, como modo de compreender o complexo de articulações institucionais normativas e políticas que fundaram e organizaram a reconstrução política do capitalismo na segunda metade do século vinte. De outro, como agência formativa e implementadora de políticas distributivas de renda e de recursos sociais, ou seja, de realizador e garantidor de políticas de cidadania. Efetivamente, no auge da devastação neoliberal, a ameaça maior que se configurou esteve mesmo na tentativa de sua destruição como instituição, cujas finalidades funcionais, ao menos como garantidor da vida, foram e são sua razão de ser na história dos homens e estiveram presentes fortemente em sua própria fundação” (W.L. Rego, 2008).

Considerando a construção do *Welfare State* como a mais avançada experiência de justiça social liderada pelo Estado, dentro das limitações do modo de produção capitalista, e como um modelo para pautar a reflexão, Walquíria Leão Rego também afirma que

“a história do *Welfare State*, sem perder de vista as suas diferenciações nacionais, demonstrou enfaticamente o papel decisivo da participação ativa dos indivíduos, das classes sociais, de suas organizações e movimentos na construção política dos modos de convivência cívica. Esta última desempenhou e desempenha papel crucial para que os indivíduos não se tornem apenas seres adaptados a viver conforme a lógica do mercado capitalista. Suas expectativas de ‘vida boa’ não devem ser reduzidas à fruição de bens de consumo. Ou seja, cidadãos de uma pôlis não podem ser subsumidos em simples consumidores. Marx costumava lembrar que a vida vivida apenas no interior da lógica mercantil, entre outras coisas, consistia fundamentalmente na produção incessante da generalidade avassaladora dos ‘interesses egoístas’. A recomposição do homem moderno, a partir da superação de suas inúmeras fragmentações e fissuras, somente seria possível por meio da refundação da vida societária, cuja tecelagem fosse refeita em direção à realização das condições materiais da liberdade e da igualdade” (W.L. Rego, 2008).

Assim, o Estado deve contribuir para o desenvolvimento, ainda que tal perspectiva pareça redutoramente como reformista, o que pode ser um falso debate, já que enquanto não ocorre a superação do modo de produção, é preciso fazer a gestão da vida coletiva, tendo como meta a justiça social, em um distanciamento de uma visão monolítica do Estado que só agiria em favor dos interesses das classes dominantes, considerando, portanto, seu papel mediador e sua autonomia relativa.

O Nacional-desenvolvimentismo: discurso e prática

Conforme discutimos em outra oportunidade baseado em Luciano Martins (VITTE, 2009), o modelo de atuação estatal que prevaleceu no subcontinente entre os anos 1930 e 1980 foi o *Nacional-Desenvolvimentismo*, que incorporou vários matizes de nacionalismo e tendo o populismo e o autoritarismo se alternando em diferentes versões como forma de sustentação política, muitas vezes sucedendo a uma série de golpes militares que visavam reagir ao crescimento dos partidos de esquerda e propondo modernizar a economia, por meio da liderança do Estado nacional, o que apenas seria possível em contexto de ausência de conflitos sociais, daí o autoritarismo para calar as vozes dissonantes.

Segundo Edmundo Jarquín & Koldo Echebarría (2006),

Las reflexiones iniciales de la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (CEPAL), muy influenciadas por el economista argentino Raúl Prebisch, fueron en verdad una racionalización de [...] políticas [de industrialización]. Esta nueva estrategia de “crecimiento hacia adentro” requería una variedad de instrumentos arancelarios, fiscales, cambiarios y crediticios favorables al sector industrial, que fueron aplicados y financiados por el Estado. Al mismo tiempo, los nuevos grupos sociales que generó el proceso de industrialización plantearon demandas de desarrollo urbano, educación, salud y seguridad social que tuvieron que ser atendidas a través de políticas y servicios sociales igualmente financiados por el Estado. Este adquirió el papel de actor central del desarrollo y configuró una amplia burocracia que empezó a absorber un número creciente de recursos. Los ministerios y oficinas de planificación, que surgieron a fines de los años cincuenta y que recibieron un fuerte impulso de la Alianza para el Progreso al comenzar los sesenta, aparecen como el rasgo institucional más representativo de este modelo de Estado, y fueron establecidos con la finalidad de articular racionalmente la asignación de los recursos de la inversión pública (E. JARQUÍN & K. ECHEBARRÍA, 2006:2)

Assim, na definição cepalina, desenvolvimento econômico se refere a uma transformação global, resultando em crescimento do padrão de vida da população, mediante industrialização comandada e protegida pelo Estado. Assim, no subcontinente ganhou força a visão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento (expansão das forças produtivas), de modernização e de industrialização. No caso do Brasil entre as décadas de 1930 até 1980 ocorreu a industrialização por substituição de importações.

Para Norbert Lechner (1993),

Um ponto a destacar é que na América Latina — diversamente da Europa — não se configurou uma sociedade capitalista anteriormente ao desenvolvimento do Estado durante o século XIX. O capitalismo não é um "elemento histórico" dado, que precede a regulação estatal. Isso tem uma consequência decisiva para a configuração da ordem social: é o Estado que assume a tarefa de "instaurar" uma sociedade moderna. Disso deriva a especificidade de um intervencionismo estatal explicitamente dedicado a executar um "modelo de desenvolvimento" para a sociedade em seu conjunto. Vale dizer, a intervenção do Estado não corresponde tanto a uma função de "corretivo" do mercado como a um esforço deliberado de promover o desenvolvimento econômico e social. Isso implica, por outro lado, que a economia de mercado não só depende da iniciativa estatal como guarda uma estreita relação com a "razão de Estado" (questão nacional, questão social).

Considerando somente a história recente da América Latina, encontramos entre 1930 e 1970 o denominado modelo de "desenvolvimento para dentro", com forte predomínio do Estado como agente das mudanças sociais. O papel ativo do Estado responde não apenas à perda dos mercados externos na crise dos anos trinta quanto à necessidade de satisfazer às demandas das classes médias emergentes, mediante a ampliação dos mercados internos (N. LECHNER, 1993).

Neste contexto, o resultado do entrelaçamento entre o modelo político e o econômico na América Latina foi ambíguo. Se os indicadores econômicos resultantes da industrialização por substituição de importações podem ser considerados bem-sucedidos, com números de desempenho econômico impressionantes, socialmente o quadro resultou em fortes distorções, com aumento na concentração de renda, fortes migrações, desigualdades regionais profundas, urbanização descontrolada, crescimento da violência. Segundo Luciano Martins, foi um modelo de desenvolvimento dissociado da formação da cidadania. Em suma, os resultados econômicos, considerando indicadores convencionais, foram exitosos; já os resultados sociais, por sua vez, foram dramáticos e contrastantes (L. MARTINS, 1991 *apud* C.C.S. VITTE, 2009).

Na década de 1970 já se manifestavam sinais de crise econômica e social que se consolidaram na década de 1980. Foi o *fim de uma ilusão*, na expressão de Stephany Griffith-Jones e Osvaldo Sunkel, e o esforço empreendido foi incapaz de redistribuir renda; atenuar a pobreza, desenvolver tecnologias (S. GRIFFITH-JONES & O. SUNKEL, 1990)³.

Crise do nacional-desenvolvimentismo, neoliberalismo e o Regionalismo Aberto

Na América Latina, nos anos 1970 já havia sinais claros do esgotamento do modelo de substituições de importações. O déficit público cresceu, os gastos estatais ultrapassavam os rendimentos tributários. As indústrias nacionais perdiam rapidamente a competitividade. O gasto social subsidiava os setores médios em detrimento dos setores mais pobres e uma máquina estatal paralisada afetava a eficiência da gestão pública. Punha-se em marcha uma

dinâmica que poderia minar simultaneamente o processo de desenvolvimento e a democracia. Assim, segundo Norbert Lechner, a *crise do Estado* desencadeou a *crítica do Estado* (cf. N. LECHNER, 1993).

Os anos 1980 são anos de forte crise econômica concomitante aos processos de abertura democrática, com o fim das ditaduras militares no subcontinente. A partir de então, mas principalmente na década de 1990, muitos países adotaram ajustes estruturais em formato neoliberal que, no geral, aprofundaram a centenária pobreza e segregação social.

A ideologia desenvolvimentista, nos dizeres de Atílio Boron, caiu em desgraça, em processo de decomposição teórica e prática frente à profundidade da crise agravada nos países da região pela “sangria financeira sem precedentes” ocasionada pela dívida externa; pelos desafios da redemocratização, com uma explosão de demandas sociais herdadas do passado, em especial das ditaduras militares, e pelo “clima ideológico mundial, dominado pelo paradigma neoconservador”, o que levou a adoção do receituário neoliberal (A. BORON, 2002: 186-187), que pode ser resumido como uma significativa diminuição do papel do Estado, por privatizações, desregulamentações e abertura da economia.

Considerando o Brasil como referência, duas dinâmicas específicas incentivaram a elaboração de novas orientações do desenvolvimento territorial nos anos 1990, após uma década de inércia nesta questão. Primeiramente, o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e o discurso estatal de inserção competitiva do país na globalização trouxeram à cena a necessidade de adaptar a estrutura de circulação às novas demandas da economia internacional. Um segundo elemento foi o aumento de perspectivas favoráveis pela criação do MERCOSUL e a ambição brasileira de se posicionar como potência regional na América do Sul. Havia um ambiente de tendências *integracionistas* evidentes para novas articulações produtivas e geopolíticas no subcontinente (F. MONIÉ, 2003).

A preocupação com o desenvolvimento de longo prazo que tinha o Estado nacional como referência, após ter atingido seu auge nos anos 1960, foi relegada ao esquecimento, ressurgindo no início do século XXI com nova roupagem, possibilitada pelo *Regionalismo Aberto*.

Assim, a terceira etapa *Regionalismo Aberto* se iniciou na segunda metade dos anos 1980, sendo concomitante à crise do nacional-desenvolvimentismo e crise econômica mundial. Naquele momento a integração regional era vista como uma alternativa para um novo ciclo de desenvolvimento na região, mas em consonância com princípios do neoliberalismo (cf. D.L. PAIVA e M. B. BRAGA, 2005).

As dificuldades econômicas eram extensivas a praticamente todos os países do subcontinente (inflação, dívida externa crescente) e havia certa instabilidade política com a redemocratização, após um período de governos militares e/ou autoritários, fatos que favoreceram o ambiente integracionista em contexto de Regionalismo Aberto, impulsionado por políticas de abertura comercial, desregulação da economia e facilitação para investimento estrangeiro, enfim na liberalização e retirada do Estado de diversas atividades.

Essa visão, que se tornou hegemônica nos anos 1990, foi impulsionada pelo *mainstream* econômico, que defendia que a responsabilidade pela crise econômica que assolava a América Latina era das políticas desenvolvimentistas, adotadas por grande parte dos países da região entre as décadas de 1950 e 1970 (cf. J.L.FIORI apud T.J. ESTEVES, 2008: 188).

A hegemonia das políticas neoliberais nos anos 1990 alinhou o continente americano e conformou o ambiente geopolítico para o lançamento por parte do governo norte-americano, sob a presidência de George Bush (1989-1993), da *Iniciativa para as Américas*, reavivando o discurso da “América para os americanos”, de James Monroe em 1823, e sinalizando a retomada do interesse norte-americano pela América Latina⁴. A *Iniciativa para as Américas* estabelecia como meta final a formação de uma zona de livre comércio entre os países do continente americano, sendo introduzida uma “cláusula democrática” que excluiu Cuba e o Haiti, esse último depois incorporado. Essa zona de livre comércio interligaria o continente do Alasca à Terra do Fogo e, posteriormente, institucionalizaria a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)⁵ (cf. T.J. ESTEVES, 2008: 190-191), projeto que se deparou com resistências de movimentos sociais e de alguns governos latino-americanos.

No contexto geopolítico mundial, o ataque terrorista de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, a “caçada aos terroristas” e invasão ao Iraque (2003) pelos norte-americanos acabaram por reorientar a Política Externa norte-americana que focalizou seus interesses geopolíticos majoritariamente no Oriente Médio e em outras regiões do globo, possibilitando maior autonomia à América do Sul. Também o surgimento de novas potências econômicas e militares, como a China e outras, acabou por levar a uma relativa perda de hegemonia norte-americana no cenário mundial.

No contexto regional, segundo Leandro Couto (2009), concomitantemente ao projeto ALCA, desde a primeira metade dos anos 1990, a Política Externa brasileira passou a delinear a América do Sul como a “principal referência regional da identidade internacional do Brasil” em detrimento da América Latina, sendo a América do Sul a primeira plataforma a partir do qual o país se lança nas relações internacionais. Por isso, a América do Sul se torna uma das prioridades da agenda da Política Externa brasileira, com o Brasil lançando diversas iniciativas na região, em especial no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (L. COUTO, 2009, sem paginação).

Se depois da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, os governos da América do Sul e praticamente de toda América Latina (exceção de Cuba) se alinharam com os EUA, situação que se estendeu durante a década de 1990, no início do século XXI, o cenário político regional se modificou.

Alguns dos agentes do desenvolvimento e da integração regional da infraestrutura produtiva

O processo de integração regional supranacional gera conflitos e alianças entre grupos de interesses diversos. Entre os agentes do desenvolvimento, do planejamento e integração regional, além dos diversos países sul-americanos operando individualmente ou em acordos bi ou multilaterais, citem-se as organizações regionais, dentre as quais se destaca a UNASUL, uma organização regional supranacional que ambiciona constituir um fórum de integração política que abarca energia, infraestrutura, segurança e cidadania e prega a participação popular. Ela possui envergadura para propor e pensar políticas públicas e reformas estruturais sob o prisma regional. Em sua estrutura institucional, além dos órgãos centrais responsáveis pela orientação política da organização e a supervisão do processo de integração, há os Conselhos Ministeriais Setoriais, tais como o Conselho Energético, o de Saúde, o de Defesa, de Desenvolvimento Social, de Problema Mundial das Drogas, de Educação e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), que interessa mais diretamente neste trabalho.

Outro agente relevante é as instituições financeiras. As instituições financeiras regionais ou instituições financeiras multilaterais têm um papel ativo no financiamento dos projetos da infraestrutura produtiva. Mais do que financiar elas também intervém em estudos e projetos, estimulando a participação de empresas privadas nas iniciativas de integração. É sabido que há uma relação de reciprocidade entre essas instituições financeiras e os governos dos países, com uma correlação de forças definida pelo poder econômico de cada país membro em cada agência ou instituição, ou seja, quem mais contribui tem maior poder de decisão.

Entre as instituições multilaterais, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) é uma referência. Também a CAF (Corporação Andina de Fomento), o FONPLATA (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata) são importantes agentes financeiros regionais no subcontinente, sendo a CAF focada nos países da comunidade andina e o FONPLATA promotor do desenvolvimento dos países da Bacia do Prata. Uma instituição financeira controlada pelo governo brasileiro que adquiriu grande relevância no contexto regional é o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); na atualidade um dos maiores bancos de desenvolvimento da América Latina, sendo que nos últimos anos tem se esforçado para multiplicar linhas de crédito à exportação de bens e serviços praticada por empresas brasileiras.

Ressaltem-se também as chamadas empresas *multilatinas* que se referem às empresas multinacionais de países da América Latina (Brasil, México, Argentina, Venezuela e outros), que emergiram no cenário econômico mundial, principalmente a partir da década de 1990, por meio de fusões e aquisições, sendo a América Latina a segunda maior corrente de IED (investimentos externos diretos) de mercados emergentes (atrás da Ásia). Essa dimensão financeira permite a essas empresas latino-americanas competirem com os conglomerados dos países desenvolvidos (J. SANTISO, 2008) e tenham interesse nos processos de integração.

As ONGs (Organizações Não-Governamentais) e os movimentos sociais são também agentes sociais muito importantes. Segundo Omar Arach (2008), nos últimos anos tem havido um grande volume de mobilizações e protestos em relação à realização de grandes obras de infraestrutura, que são promovidas como grandes projetos de desenvolvimento. Essas mobilizações contam com o marcante protagonismo das organizações ambientalistas que se articulam de diversos modos com os grupos sociais ameaçados.

Geralmente as grandes obras de infraestrutura são apoiadas por entidades financeiras, corporações privadas e órgãos governamentais que se unem para a sua viabilização. As condições institucionais vão sendo geradas e seus benefícios veiculados por meio de propagandas para se alcançar a aceitação popular. Há um “ciclo de projeto” que na sua institucionalização é suscetível a mudanças e é gerador de conflitos desde o nível local até o transnacional.

Para o autor, tais mobilizações e conflitos colocam em cena a discussão da definição de desenvolvimento, levando-se a indagar se é possível visualizar o futuro onde se desenhem cenários de *pós-desenvolvimento* ou de *desenvolvimento alternativo*.

Omar Arach lembra que para os ambientalistas, pelo menos entre os ecologistas mais radicais, “a noção de desenvolvimento é um artefato ideológico empregado para cobrir as relações de domínio dentro do sistema mundial e para dar uma expectativa de futuro para os setores oprimidos, sem precisar questionar os fatores estruturais que determinam sua condição” (ORACH, 2008:123).

Por outro lado, muitas vezes, as áreas que vão receber a obra de infraestrutura de grande monta são áreas isoladas, mal servidas, com poucas oportunidades de trabalho, com carências diversas. Por isso, costumam ser muito receptivas aos discursos do desenvolvimento e suas populações expressam muitas vezes o *desejo de desenvolvimento*.

O autor acima citado alerta que para essas populações a noção de desenvolvimento é “o veículo semântico usado para expressar as reivindicações de acesso à cidadania, a serviços, à inclusão e à melhoria da qualidade de vida” e conclui que é um paradoxo que aquilo que a população deseja também represente um risco muito provável de desaparecimento do mundo onde vive (O. ARACH, 2008: 123-124).

Mas, há ricas experiências de ação organizada de grupos que inovam, utilizando-se de recursos diversos para fazer frente a ações de uma *ordem distante* (os processos globais) com fortes impactos locais, que afetam, portanto a *ordem próxima*. O fato é que são grupos que saem da *invisibilidade* para lutar contra a mercantilização da natureza.

A título de conclusão: Neodesenvolvimentismo e o retorno do papel interventor do Estado

A partir de 2001, houve a vitória em diversos países da América do Sul e Latina de forças políticas críticas ao neoliberalismo, em diversas nuances no espectro político mais à esquerda. Essa mudança no cenário político coincidiu com novo ciclo de crescimento econômico possibilitado pelo aumento da demanda internacional dos principais produtos da pauta de exportações dos países da América do Sul, como minérios, recursos energéticos e produtos agropecuários. Assim, o subcontinente “dispõe de recursos energéticos renováveis e não renováveis, de grandes reservas minerais, gigantescos mananciais de água, enorme potencial de produção de alimentos e uma riquíssima biodiversidade, junto com 370 milhões de habitantes” (cf. J.L. FIORI, 2010: 07), formando um significativo mercado potencial.

É um cenário no qual os países sul-americanos passam a contar com melhor posicionamento econômico da região, o que tem levado a certa melhoria nos indicadores sociais (cf. PLATAFORMA DEMOCRÁTICA, 2010:05 e 10).

Também derivada essa nova situação econômica na América do Sul, de maior demanda pelos produtos da pauta de exportação, ainda que com baixo valor agregado, tem havido uma melhoria na situação fiscal dos países da região, o que vem, por sua vez, possibilitando algumas políticas de integração de infraestrutura produtiva (em especial de transportes e energia), como foi o caso da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que privilegiou a integração de infraestrutura produtiva regional⁶. No caso da IIRSA a viabilização da modernização da infraestrutura seria por meio do financiamento de bancos regionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a CAF (Corporação Andina de Fomento), mas o banco estatal brasileiro BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) acabou tendo nítido protagonismo.

Essa integração da infraestrutura produtiva permanece incipiente, já que a tarefa de modernizar e de ampliar as redes técnicas é complexa e tem gerado algumas controvérsias sociais e ambientais. Recentemente essa integração vem passando por nova

institucionalização e redesenho de financiamento no âmbito da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas).

Apesar das controvérsias, fortalece a interpretação da necessidade da integração regional para somar esforços frente a uma economia global competitiva. Tal visão pode ser vocalizada pelo trecho abaixo:

A realidade atual mostra um cenário de desenvolvimento transterritorial. Isso significa que as nações precisam, além dos seus próprios projetos de desenvolvimento, se integrar na nova ordem econômica internacional. Projetos de desenvolvimento na atualidade têm um referencial decisivo à integração positiva dos territórios nacionais aos processos econômicos e culturais em andamento sob a metáfora globalização [...] A dinâmica global está caracterizando uma ordem de sequências econômicas produzidas numa configuração transterritorial. As territorialidades são fragmentadas em lugares logísticos às estratégias das grandes unidades de produção. Formam-se os lugares-globais para as unidades de produção, interligadas em redes, cujas ações se tornam quase sempre independentes dos países onde se situam. As redes virtuais garantem a movimentação dos fluxos de demanda e poder independentes dos autolimites territoriais (E.F. VIEIRA & M.M. F.VIEIRA, 2010).

Mais recentemente, com a institucionalização da UNASUL, pouco depois da ascensão a governos de muitos países de governos com compromisso político mais à esquerda e com a crise capitalista mundial, retorna ao debate a questão do desenvolvimento e do planejamento. Conforme afirmam João Siscú; Luiz Fernando de Paula; Renalt Michel (2007) sobre o papel do Estado em contexto de mudanças no mundo contemporâneo é preciso

compor uma alternativa de política de *desenvolvimento* que compatibilize crescimento econômico com eqüidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal. Inicialmente pensou-se simplesmente em usar como ponto de partida da discussão a expressão *Desenvolvimentismo* em oposição ao puro monetarismo neoliberal, há muito em voga. Todavia, esse rótulo parece não ser o mais adequado para abranger uma nova realidade, em diversos aspectos, mais complexa. Afinal, trata-se de uma realidade diversa e em certo sentido muito mais indecifrável que aquela dos anos 1950, quando a industrialização esteve baseada no modelo de substituição de importações, que tinha como pilares básicos um protecionismo generalizado do mercado interno e uma ampla intervenção governamental, inclusive através de empresas estatais atuando em setores de infra-estrutura e de produção de insumos básicos. Hoje, contudo, não faz mais sentido o Estado brasileiro atuar diretamente em setores como indústria siderúrgica ou petroquímica; ademais, as disputas comerciais internacionais se tornaram muito mais complexas e acirradas e os sistemas financeiros nacionais de diversos países se integraram globalizaram-se. Os tempos atuais são outros e exigem, portanto, uma nova estratégia desenvolvimentista (SISCÚ, J.; PAULA; L. F. & MICHEL, R, 2007).

Mas, críticas severas à visão de desenvolvimento e neodesenvolvimento vão surgir, como a ideia de pós-desenvolvimento⁷ e de *buen vivir* que pregam que não existem receitas, que há pluralidades de valores e culturas, sendo importante dialogar com outros saberes e que o Estado deve estar sujeito a regulación social. Conforme diz Eduardo Gudynas, “es necesario abrir el Estado a una mayor participación y control ciudadano, luchar contra la burocracia inoperante y la corrupción, para convertir a sus diferentes componentes en instrumentos al servicio de las personas y de un nuevo estilo de desarrollo [...] y] las discusiones sobre otro desarrollo requieren abordar la esencia misma del capitalismo.

Notas

¹ Sobre esta categoria analítica, Bernardo Mançano Fernandes diz que há projetos em escalas transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais do IIRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. Esses eixos são “transterritórios” que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities. Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado por Ceceña, e territorialidades de resistência, como estudados em Fernandes. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades (B.M. FERNANDES, 2009).

² Cabe notar que a percepção sobre o Estado e o mercado muda no tempo. Roberto Passos Guimarães lembra que entre os séculos XVII e o XVIII, o mercado se expandiu pelo comércio. Era considerado um elemento “civilizador” para conter os arbítrios da aristocracia. No século XIX não se via o mercado em oposição ao Estado, mas como instrumento de transformação das relações sociais para níveis superiores de sociabilidade. No século XX, o Estado passa a ser considerado como um contraponto para conter as forças cegas do mercado, que, se abandonadas a si mesmas, não seriam capazes de realizar a felicidade coletiva. No final do século XX, o Estado volta a ser “demonizado” e o mercado volta a ser visto como sinônimo de liberdade e democracia (R. P. GUIMARÃES, 1998:8).

³ É importante observar que o conceito de desenvolvimento se transformou ao longo da discussão, em especial em contexto da crise dos anos 1970 e 1980. Se no passado, os estudos sobre desenvolvimento tinham conotação quantitativa: aumento do PIB, da renda per capita que são indicadores que não medem aspectos sociais da questão. Novos paradigmas foram propostos, tais como o desenvolvimento sustentado, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento econômico local endógeno. Para alguns estudiosos, como Sérgio Haddad, o tema desenvolvimento ficou fora de pauta e essas novas abordagens limitaram-se a abordagens temáticas ambientais ou de indicadores sociais, “sem indicar propostas sobre modelos de desenvolvimento e quais estratégias para chegar lá”. Para ele, esta ausência de debate público promove o descolamento entre o tema da política e o tema econômico: “há uma despolitização do tema em relação às perspectivas futuras” (S. HADDAD, 2003:71).

⁴ Segundo David Garibay (2006), a política comercial norte-americana entre os anos 1992 e 2000 teve quatro prioridades: a adoção de normas internacionais que protegessem investimentos de interesse norte-americano; a promoção do multilateralismo comercial, combinado com acordos de cooperação econômica; acordos bilaterais para a promoção do comércio e a promoção do Regionalismo Aberto. O continente americano e em especial a América Latina conformavam as regiões preferenciais para essa política.

⁵ Concomitantemente às negociações da ALCA, foi formado o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), acordo assinado em 1992 e ratificado em 1993, entre os EUA, Canadá e México, estabelecendo uma zona de livre comércio, sendo um acordo exclusivamente econômico, sem estrutura política institucional, sem livre circulação de pessoas e que previa a abolição gradativa das tarifas alfandegárias em 15 anos (cf. T.J. ESTEVES, 2008:191).

⁶ Essa Iniciativa vai ser retomada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com maior determinação e ações práticas. Adilson Santana de Carvalho lembra que foi no governo Lula que a Política Externa brasileira, além do âmbito da retórica, assumiu efetivamente a América do Sul como prioridade, com investimentos diretos brasileiros mais efetivos, “tudo isso convergindo para criar um pólo de poder mediante a conformação efetiva da unidade política, econômica e de segurança dos países da América do Sul” (cf. A.S. de CARVALHO, 2009:49).

⁷ Segundo Arturo Escobar (2009) há “algunos criterios sobre posdesarrollo para concluir, sin pretender una fórmula. A nivel de los imaginarios, el posdesarrollo apunta a la creación de un espacio/tiempo colectivo donde el ‘desarrollo’ cese de ser el principio central que organiza la vida económica y social. Esto implica los siguientes elementos: cuestionar la preeminencia del concepto de crecimiento económico y este como meta;

hacer visible la matriz cultural de donde proviene el desarrollo y su historicidad (visión dominante de la modernidad); desarticular paulatinamente *en la práctica* el modelo de desarrollo basado en la premisa de la modernización, la explotación de la naturaleza como ser no vivo, la exportación, y la acción individual. Por el lado afirmativo, implica a) reconocer la multiplicidad de definiciones e intereses alrededor de las formas de sustento, las relaciones sociales, y las prácticas económica y ecológicas b) el diseño de políticas desde *cosmovisiones relacionales*, en vez de la cosmovisión dualista dominante; c) establecer diálogos interculturales alrededor de las condiciones que podrían devenir en un pluriverso de configuraciones socio-naturales (multiplicidad de visiones, tales como liberales y comunales, capitalistas y no capitalistas, etc.); d) propender por formas de integración regional autónomas en base a criterios ecológicos y de desarrollo autocentrado (no dictado por los requerimientos de la acumulación mundial de capital), a niveles subnacionales, nacionales, regionales, y globales”.

Bibliografia

- ARACH, Omar. Articulações ambientalistas em oposição às grandes obras de infra-estrutura. In: VERDUN, Ricardo *et alii* (orgs.). *Financiamento e magaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008.
- BORON, Atílio. El Estado y las “reformas del Estado orientadas ao mercado”: Los “desempeños” de la democracia em América Latina. In: KRAWCZYK, Nora. R. & WANDERLEY, Luiz E. (orgs.). *América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARVALHO, Adilson Santana de. *A evolução da política brasileira de integração regional: do Mercosul à Unasul*. TCC de Especialização em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- COUTO, Leandro. Multilateralismo regional sul-americano: as diferentes estratégias da política externa brasileira para a América do Sul de Cardoso a Lula. [En línea]. *Paper presented at the annual meeting of the ISA - ABRI JOINT INTERNATIONAL MEETING, Pontifical Catholic University, Rio de Janeiro Campus (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brazil, Jul 22, 2009*. In: <http://www.allacademic.com//meta>. [01 de maio de 2011].
- ESCOBAR, Arturo. Una minga para el postdesarrollo. *América Latina en movimiento*. [em línea]. 2009. In: <http://alainet.org>. [23 de março de 2011].
- -----. Planificación. In: SACHS, W (Ed.). *Dicionário del desarrollo*, 1996. [En línea]. Disponível em: <http://www.ivanilich.org.mx>. [15 de março de 2012].
- ESTEVES, Thiago de Jesus. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. *Revista IDeAS*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, v. 02, n. 02, jul-dez, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Sobre as tipologias de território*, 2009. [En línea]. Disponível em: <http://www.landaction.org>. [21 de outubro de 2011].
- FLEURY, Sonia. Democracia, descentralização e desenvolvimento. In: FLEURY, Sonia (org.). *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GARIBAY, David. *Un análisis político de la integración en las Américas: entre estrategias nacionales y contextos hemisféricos*, 2006. [En línea]. In: <http://www.red-redial.net/biblioteca-virtual.php>. [24 de abril de 2009].
- GUDYNAS, Eduardo. El dia después Del desarrollo. *América Latina en movimiento*. [em línea]. *América Latina en movimiento*. [em linha],2009. In: <http://alainet.org>. [23 de março de 2011]2009. In: <http://alainet.org>. [23 de março de 2011].
- GUIMARÃES, Roberto P. Modernidad, medio ambiente y ética: um nuevo paradigma de desarrollo. *Ambiente & Sociedade*. Campinas: NEPAM/UNICAMP ano I, no. 02, 1º. Semestre de 1998.

-
- HADDAD, Sergio. Separação entre as perspectivas econômica e social impõe limites ao desenvolvimento latino-americano. Comentário à palestra de Atílio A. Boron. In: KRAWCZYK, Nora. R. & WANDERLEY, Luiz E. (orgs.). *América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada*. São Paulo: Cortez, 2003.
 - JARQUÍN, Edmundo; ECHEBARÍA, Koldo & DÍAZ, Mercedes Mateo. El papel del Estado y la política en el desarrollo de América Latina. In: PAYNE, J. M. ZOVATTO, D & DÍAZ, M.M. *Democracia y desarrollo en América Latina*. Washington: BID, 2006.
 - LECHNER, Norbert. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. *Lua Nova*, n. 28/29. São Paulo: CEDEC, 1993.
 - MARTINS, Luciano. A crise do nacional desenvolvimentismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo: Folha de S. Paulo, 09 de fevereiro de 1991.
 - MONIÉ, Frédéric. Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro. In: MONIÉ, Frédéric & SILVA, Gerardo. *A mobilização produtiva dos territórios: Instituições e logística do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
 - MORAES, Antonio Carlos Robert. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH. Tese de Livre Docência, 2000.
 - PAIVA, Donizetti L & BRAGA, Márcio B. Integração econômica regional e desenvolvimento econômico: reflexões sobre a experiência latino-americana. [En línea]. X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, 25 a 27 de maio de 2005. In: http://www.sep.org.br/artigo/10_congresso_old/xcongresso33.pdf. [10 de maio de 2011].
 - PLATAFORMA DEMOCRÁTICA. As dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na América Latina, diciembre, 2010. [En línea]. In: <http://www.plataformademocratica.org>. [10 de maio de 2011].
 - SANTISO, Javier. La emergència de las multilatinas. *Revista de La Cepal*. Santiago: CEPAL, n. 95, agosto de 2008.
 - SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L.C; WILHEIM, J. & SOLA, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp: ENAP: Imprensa Oficial, 1999.
 - SISCÚ, João, PAULA; Luiz Fernando de & MICHEL, Renalt. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*. São Paulo: s.n., v. 27, n. 04, 2007.
 - SILVA, Claudete de Castro & KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Globalização, Estado nacional e instâncias locais de poder na América Latina. BALAS Proceedings. Washington: The George Washington University, 1995.
 - TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n. 34, 1991.
 - TRIGAL, Lorenzo López & DEL POZO, Paz Benito. *Geografia Política*. Madrid: Cátedra, 1999.
 - VIEIRA, Eurípedes Falcão & VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. *Geoestratégia global e desenvolvimento nacional na América Latina*, 2010 [En línea]. Disponível em: <HTTP://www.ihgrgs.org.br>. [13 de março de 2012].
 - VIEIRA, Wilson & BASTOS, Pedro P. Z. *As instituições e o desenvolvimento econômico no pensamento de Celso Furtado*. [En línea]. XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, Lisboa, novembro de 2011. Disponível em: <http://ww4.fe.uc.pt/aphes 31>. [13 de março de 2012].
 - VITTE, Claudete de Castro Silva. Desenvolvimento, planejamento territorial e integração transnacional: os antecedentes, a gênese e a consolidação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. In: ARAGÓN, L.E. & OLIVEIRA, J.A.

(orgs.). *Amazônia no cenário Sul-Americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

